

UMA CARTA DE JOSÉ DE ANCHIETA COMO GÊNERO MISTO: LISTAS TEMÁTICAS, BESTIÁRIOS, HERBÁRIOS E DICIONÁRIOS ENCICLOPÉDICOS NA EUROPA DOS SÉCULOS XVI E XVII*

Marcello Moreira**

RESUMO

Objetiva-se demonstrar como José de Anchieta e os membros da Companhia de Jesus no Brasil, em cartas em que se propunham descrever fauna e flora, atualizavam preceitos técnicos próprios da descriptio, partindo de lugares comuns de tipo indeterminado, preenchendo-os e determinando-os à medida que compunham as descrições. A descrição, mais do que fruto da empiria, é conjunto de endoxa acumulados pela tradição. Nesse sentido, o leão, encontrado no verbete do Calepino de 1502, é o leão dóxico que se produziu desde a Historia Animalium, ou ainda desde o tratado de Plínio, o Velho, não havendo um leão exterior às representações dele no conjunto das Letras.

PALAVRAS-CHAVE: *Bestiários. Companhia de Jesus. José de Anchieta. Palavra peregrina.*

I

O estudo dos usos letrados dos barbarismos sintáticos e fonológicos e da palavra peregrina nos séculos XVI, XVII e XVIII, na América portuguesa, implica pensar a interação de umcostumedoutrinal transmitido

* Este trabalho foi desenvolvido durante a realização de estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), sob a supervisão do Prof. Dr. João Adolfo Hansen, e com apoio do CNPq, a que agradecemos por concessão de bolsa de pós-doutorado sênior.

** Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: moreira.marcello@gmail.com.

plurissecularmente, que remonta a gregos e latinos (HANSEN, 2008), e suas apropriações quinhentistas, seiscentistas e setecentistas – em situações históricas de comunicação distintas daquelas dos preceptistas antigos –, que produzem inflexões particulares nas várias modelizações que chegaram a esses tempos.

As doutrinas gregas e latinas sobre a palavra peregrinaprescreviam, a par de um emprego escorreito dos vocábulos, ajuizados próprios à vernaculidade, um outro, que Sylvain Auroux denomina “emprego pragmático” (AUROUX, 1992, p. 16). Nele estão implicadas, segundo nosso juízo, distinções éticas, afetivas e até mesmo noéticas concernentes à representação, nos textos poéticos, de caracteres cuja *lexis* deveria ser figurada como bárbara, e, portanto, de uma vernaculidade apropriadamente faltosa. Sylvain Auroux, ao exemplificar as prescrições desse “emprego pragmático” dos vocábulos, sem se ater no entanto às línguas clássicas europeias, diz que os

maia *szeltal* desenvolveram uma terminologia metalinguística que nunca chegou à constituição de regras de construção do enunciado. Se classificarmos as palavras do discurso em palavras que são utilizadas à noite, palavras que foram pronunciadas o ano passado etc., classificação da do tipo dos maias, poderemos dar prescrições de emprego pragmático, e não regras de correção morfológica (AUROUX, 1992, p. 16).

No entanto, a pragmática de que fala Sylvain Auroux delimita os campos de pertinência de usos lexicais, que, conquanto não impliquem a possibilidade de determinar a correção morfológica das palavras, especificam a correção da situação de elocução de determinados vocábulos. Por conseguinte, são regras de correção tão importantes quanto aquelas de tipo sintático ou morfológico e que constituem as condições de comunicação quando ocorre a fala em uma dada língua. Um outro exemplo de “emprego pragmático” apresentado por Sylvain Auroux concerne à classificação vocabular tâmul; a quarta classe de palavras da língua tâmul, *uric col* (“palavra própria”), “reagrupa as palavras arcaicas, próprias à poesia, e em todo o texto de *tolkeappiyam*, como nos comentários, ela não dá lugar a nenhuma regra, somente a listagens” (AUROUX, 1992, p. 16). Novamente, a listagem, ao agrupar apenas as palavras “arcaicas”, próprias da poesia, fixa não só um critério pragmático de uso de determinados vocábulos, mas ao mesmo tempo a vernaculidade das condições de uso, e, por conseguinte, a correção ou não do uso. Se uma lista se define pelo arcaísmo dos

termos que nela estão contidos, e se seu caráter é ao mesmo tempo poético, essas duas rubricas, “antiguidade” e “poeticidade”, ordenam a produção da listagem e esse saber que a ordena é de caráter necessariamente metalinguístico, pois reflete sobre a ancianidade de determinados vocábulos, sobre seu caráter parcialmente dessueto, o que implica uma visada histórica sobre a própria língua. Pode-se asseverar, portanto, que, contrariamente à asserção de Sylvain Auroux, os empregos pragmáticos são ao mesmo tempo prescrições que determinam normativamente a correção de uso em situações de interação entre falantes e também o uso de palavras em discursos particulares segundo o decoro de cada um deles, não havendo uma mútua exclusão entre “emprego pragmático” e “correção”.¹ Antes, pode-se pensar que a consciência linguística dessa correlação entre os “empregos pragmáticos” e a “correção” é condição do “domínio da enunciação”, dependente de pragmáticas coercitivas que atendem à *consuetudo*, o que, por outro lado, não quer dizer que a consciência dessa correlação pragmática dependa da existência, por necessidade, de uma gramática, tal como a conhecemos.

No entanto, não se pode esquecer que a gramaticalização de uma língua qualquer implica, ao mesmo tempo, sua descrição e sua instrumentalização à base “de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65). Essa redução em arte de uma língua que até então se encontrava desprovida dela permite, por analogia, pensar que essa mesma redução em arte é condição de perfectibilidade do sistema linguístico descrito e da possibilidade de fazer uso dele em práticas letradas de origem europeia que colonizarão a língua peregrina domesticando-lhe a “barbaridade”.

Um primeiro momento da gramaticalização, como se disse acima, é o da composição de listas vocabulares e de dicionários, a par daquela atividade fundamental, que é a da descrição de uma língua pela composição de gramáticas. Os dicionários produzidos pelos missionários europeus que vieram para o Novo Mundo têm, normalmente, o caráter de listas alfabéticas que visam produzir

¹ Pensemos, por exemplo, no caso da poesia de língua portuguesa, na épica quincentista e seiscentista, em que a *cópia verborum*, própria do gênero, se baseia no uso regular de verba peregrina, latinos e gregos, vernaculizados atendendo a uma antiga prescrição concernente ao enriquecimento dos vocábulos neolatinos por meio de empréstimos lexicais, especificamente de latinismos e grecismos a serem empregados, sobretudo, em gêneros caracterizados por sua grandiloquência como o poema heroico e a tragédia. Em oposição a essa postura de produção de uma cópia linguística pelo recurso ao latim e ao grego, havia aquela correlata de vituperação das línguas das regiões integradas ao Império por dominação militar e comercial, cujos vocábulos, no entanto, penetravam perigosamente no português.

equivalências lexicais entre uma língua europeia e uma ou mais de uma língua indígena, sem se preocupar, no entanto, em descrever os usos pragmáticos dos vocábulos listados. Seriam listas que se oporiam radicalmente àquela tãmul, que agruparia palavras arcaicas próprias da poesia.² É possível, no entanto, colher das obras que nos foram legadas pelos missionários informação sobre os modos de produção de equivalentes lexicais. Como são os padres da Companhia de Jesus, no caso do Brasil, e demais missionários que estabelecem as equivalências lexicais entre palavras de dois idiomas em dicionários ou léxicos bilíngues, eles podem, ao produzi-los:

Deslocar ou recalcar as significações de seus usos tribais [no caso de palavras indígenas] nos novos usos em que passam a ser adequadas às verdades pressupostas pela hierarquia do Estado monárquico português divulgada pela ação dos padres (HANSEN, 2005, p. 33).

Essa prática nos fala muito de uma pragmática missionária cristã, e, por uma leitura em negativo que se pode fazer dela, de uma outra, que lhe seria avessa, a dos índios, que a primeira visa substituir. No *Arte y Vocabulario en Lengua Mane*,³ por exemplo, impresso pela primeira vez em 1644, na cidade do México, na seção denominada “Vocabulário”, listam-se bastantes palavras dessa língua, em ordem alfabética, mas se nota que palavras portadoras de um dado sentido no âmbito laico mane, como *absolvición* [*eivuinshalbi*] e *absolver* [*eivuilam*], passam a ter uma significação amplificada, nas listagens missionárias, em que se acresce, aos significados primitivos, aqueles próprios do campo teológico cristão. Caso leiamos a reverso do procedimento missionário de amplificação semântica vocabular, o acréscimo é o preenchimento de uma falta ou carência sentidas como tais pelos padres.

² As listagens lexicais estão entre os mais antigos instrumentos de estudo das línguas, tendo sido produzidas por gregos, latinos e por povos não europeus na Antiguidade e depois. José Sánchez, em estudo sobre a lexicografia hispânica, tenta diferenciar palavras que se referem à atividade lexicográfica, tais como “vocabulário”, “glossário” e “léxico” como segue: “In the early stages works of this nature assumed diverse titles such as vocabulary, applied to a word-list with concise definitions; glossary, a collection of archaic, rare, dialectical, or antiquated words with no attempt at completeness; lexicon, a Greek word which in the Middle Ages referred to rare and difficult terms, although at present it is generally restricted to the vocabulary of a given author or his works: it is also applied to dictionaries of Greek, Latin, and Hebrew; and thesaurus, a collection of the words of a language” (SÁNCHEZ, 1944, p. 131). Em nosso estudo, a lista é compreendida por sua brevidade e caráter temático, não correspondendo a “vocabulário”, “glossário”, “léxico” ou “tesouro”.

³ *Arte y Vocabulario en Lengua Mane*, Dirigido a Nuestro Reverendissimo Padre Maestro F. Marcos Salmeron. Calificador del Supremo Consejo de la Inquisicion. General de Todo el Orden de N. Señora de la Merced. Señor de la Varonia de Algar. Pubié par le Conte de Charencey. Paris: Librairie Chadenat, s/d.

A gramaticalização implica também a necessária alfabetização das línguas peregrinas, quando se estabelece o conjunto de “letras” de uma dada língua. Sylvain Auroux atentou, entre outros, para a relação substitutiva possível entre “letra” e “fonema” – conceito este que só aparecerá no século XIX (AUROUX, 1992, p. 65) –, pois missionários que desempenharam o papel de gramáticos de línguas indígenas do Novo Mundo queixam-se tanto da falta de determinadas “letras” nas línguas que se propõem descrever⁴ quanto da presença de sons para os quais não há letras equivalentes no abecedário latino, o que implica criar o grafema faltante para o fonema correspondente.⁵ Como as unidades morfêmicas podem apresentar muitas variantes em línguas desprovidas de arte gramatical e de uma cultura letrada, a redução de uma dada língua em arte normalmente se dá pela redução dessa variação a partir da seleção das variantes julgadas mais recorrentes ou mais prestigiosas.⁶ José de Anchieta, por exemplo, reconhece, no momento em que compõe sua gramática da língua mais usada na costa do Brasil, a existência de variantes morfêmicas concernentes à formação de determinados tempos verbais e apresenta dentre tantos exemplos o que segue: “Os Tupis de sam Vicente, que são além dos Tamoyos do Rio de Janeiro, nunca pronunciação a última consoante no verbo afirmativo, vt pro Apâb, dizem Apâ, pro Acem, & Apen, Acê, Apê, pronunciando o til somente, pro Aiúr, Aiú” (ANCHIETA, 1595, p. 1v). A exposição de variantes em sua gramática pode fazer pensar que José de Anchieta as compreendecom substitutivas ou intercambiáveis, e, é claro, neutras quanto a qualquer valoração, especialmente quando enuncia em uma outra passagem também atinente à morfologia verbal:

Acrescentandose algũa particula depois da vltima consoante, em que se acaba o verbo, o qual se faz no futuro, do Indicatiuo, no Optatiuo, nos Preteritos imperfeitos do Cõiunctiui; ha algũa diferença na pronunciação, & o vso de diversas partes do Brasil sera o melhor mestre (ANCHIETA, 1595, p. 1v).

⁴ José de Anchieta, logo no primeiro capítulo de sua gramática, ao falar das letras, assevera que na língua mais usada na costa do Brasil não há “f, l, s, z, rr dobrado, nem muta com líquida, vt cra, pra, &.” (cf. ANCHIETA, 1595, p. 1).

⁵ Luís Vincêncio Mamiani, em seu catecismo na língua brasileira da nação kiriri, ao falar do dificultoso assunto que é pôr em arte essa língua e nela compor textos escritos, especifica ser o dificultoso assunto estabelecer correlações exatas entre letra e som: “Chamei dificultoso assunto, porque he bem embaraçada esta língua assim na pronunciação, como nas suas frases, que os mesmos nossos Religiosos bons línguas, nunca concordarão no modo, com que se houvessem de escrever, & pronunciar muitos vocábulo” (cf. MAMIANI, 1698, p. 2).

⁶ Sylvain Auroux afirmou que “a lentidão das comunicações, a ausência da cultura escrita, e mesmo a organização política, dotam sincronicamente os vernáculos [frente ao latim] de uma variabilidade polilectal ou polinômala no espaço, de que temos dificilmente consciência hoje” (AUROUX, 1992, p. 69).

Mas faz-se necessário não esquecer que os paradigmas completos, sob forma tabular, não apresentam as variantes morfológicas de que se fala quando, após uma dada categorização, se apresentam exemplos, o que implica a consolidação de um uso, em escritos jesuíticos compostos na língua geral, fundado no emprego sistemático de uma única variante gramaticalizada e normatizada, pois não se pode duvidar que, aqui, a tabulação implica seleção e normatização. Os exemplos tabulares, dessa maneira, ilustram um princípio prosódico, morfológico ou sintático, tornam-no uma atualização de *performance* e, nesse sentido, materializam a virtualidade que é supostamente o sistema circunscrevendo o alcance de suas desejadas atualizações. O empreendimento de José de Anchieta, assim como o de seus contemporâneos e sucessores, pertencentes às mais diversas ordens religiosas, no labor missionário de composição de gramáticas de línguas indígenas com vistas a catequizar os silvícolas, empreende, por meio de intervenções tecnológicas, como gramáticas e dicionários, a paulatina supressão em escritos da liberdade de variação linguística, pois, para ele, eram muito claras as descontinuidades dialetais que afetavam essencialmente traços que não se recobriam. Desse modo, a gramática da língua geral de José de Anchieta dá acesso a um corpo de regras e formas que não figuravam juntas na competência de nenhum locutor do tupi em meados do século XVI. Dessa maneira, pode-se concordar com Sylvain Auroux quando assevera:

Com a gramatização— logo a escrita, depois a imprensa —, e em grande parte graças a ela, constituíram-se *espaços/tempos de comunicação* cujas dimensões e homogeneidade são incomparáveis ao que pode existir em uma sociedade oral, isto é, numa sociedade sem gramática (AUROUX, 1992, p. 71).

II

A prosódia era tópica da mais alta importância na gramática latina, que serviu de base para a composição de gramáticas de línguas românicas e também de línguas indígenas americanas. Em seu *Institutio Oratoria*, Quintiliano assevera que há barbarismo quando o falante adiciona ou omite uma letra ou sílaba, ou quando substitui uma letra ou sílaba por outra, ou ainda quando coloca uma letra ou sílaba onde ela não poderia normalmente estar no corpo vocabular: “Tertium est illud vitium barbarismi, cuius exempla vulgo sunt plurima, sibi

etiam quisque fingere potest, ut verbo, cui libebit, adiciat litteram syllabamque vel detrahat, aut aliam pro alia aut eandem alio quam rectum est loco ponat”.⁷ O mesmo problema é apontado pelos padres da Companhia no que concerne ao uso diário pelos falantes do quéchua, no Peru, falta que se propõem corrigir na tradução de textos sacros para essa língua:

Tâbien esta [a corrupção] en la pronunciaciõ, que cada prouincia la tiene particular y diuersa dela del Cuzco, pronunciãdo la lengua unos mas gutturalmente que otros (pero desta Pronünciaciõ diremos abaxo) quitãdo letras o añadiendo, o mudãdo, como hara por çara mayz. O acentuando contra el vso comum del Cuzco en las vltimas, o antepenultimas, como quiera que lo ordinario sea en la penultima, o hablando con un son de rusticos y agenos de policia. [...] Iten esta en algunas phrases, y modos que son toscos, como en la transicion de segunda, y tercera persona a primera dizen ma por hua, como Ricumanqui por ricuhuanqui. [...] De los quales modos no se vsa en toda esta traductiõ.⁸

Os problemas concernentes ao quéchua referidos pelos padres da Companhia são os mesmos apontados por João de Barros, no mesmo século, em sua *Gramática*, presentes de forma clara no excerto em que se fala da alteração de elementos fônicos nos corpos de palavra. No caso específico do barbarismo prosódico, João de Barros elenca seus tipos de acordo com a classificação dos fenômenos de pronúnciação presente em retóricas antigas, tanto gregas quanto latinas, classificação essa que servirá para a instrução dos estudantes

⁷ Quintilianus, *Institutio Oratoria* (cf. “Referências”).

⁸ *Anotaciones o scoliõs sobre la traduccion de la Doctrina christiana, y Catecismo en las lenguas Quichua, y Aymara*, p. 74v. As variações morfológicas em conjugações verbais no quéchua são explicadas pelos jesuítas ou como arcaísmo ou como dialetismo, sendo o resultado da observação linguística do fenômeno análogo àquele que encontramos nos usos de, por exemplo, participios passados em “udo” por autores como Gil Vicente, já no século XVI. As formas participiais arcaicas em português tornam evidente a dissimetria social entre falantes de uma mesma comunidade de fala (“Mas só decorridos cerca de 80 anos Gil Vicente conseguiria mostrar, pelo riso, as assimetrias sociais provocadas pelo franco progresso económico-cultural da era de Quinhentos. Para esse riso do público muito contribuiriam as formas arcaicas utilizadas pelos camponeses: a forma creçudo provém, precisamente, da boca de uma mulher, que tenta justificar ab absurdo o comportamento [pouco digno] da sua filha”; CARVALHO, 2002, p. 10), dissimetria essa que, no caso dos padres da Companhia, se produz por sua intervenção no sistema do quéchua e pela clivagem que eles estabelecem entre usos concorrentes. As variantes espúrias, segundo juízo dos padres, poderão ser empregadas a depender do contexto, servindo-se delas como variantes estilísticas de tipo diafásico e diatópico, que são verdadeiros marcadores sociais. Para finalizar, é preciso dizer que as seleções linguísticas levadas a termo pelos padres da Companhia, evidentes nas *Anotaciones*, são depois tornadas norma nas gramáticas de quéchua, como a de Diego Gonzales Holguín, em que se elimina a forma “ma”, mantendo-se apenas aquela em “hua”, como prescrito pelos jesuítas encarregados das traduções: “CAPÍTULO CUADRAGÉSIMO/DE LA CUARTA TRANSICIÓN HUAN/que es de tercera persona à primera, y se hace también en todos los modos y tiempos con dos plurales, ambos de persona que padece./Indicativo Presente: Sing. Munahuan, él me ama./Plur. Munahuamchic, o munahuanchiccu, él nos ama” (HOLGUÍN, 1842, p. 170).

de retórica quando tiverem de aprender as chamadas figuras de dicção ou alterações metaplásticas dos corpos de palavra, podendo havê-las por acréscimo ou subtração de elemento fonológico ao princípio, meio ou fim de vocábulo, ou, ainda, pela transposição de “letras” no corpo vocabular. Cabe dizer que João de Barros apresenta a *adiectio* e a *detractio* de valores fônicos sempre como vícios, e não refere seu caráter de ornato, como o faz, por exemplo, Antonio de Nebrija, seu modelo.⁹

Os jesuítas, ao comporem textos em quéchua e aimara, atenderam ao tratamento gramatical dispensado às línguas das várias monarquias europeias em processo de centralização, e pensaram como indissociável o par *norma/uso* (embora nenhum uso regional ou social individualmente considerado equivalha à norma por eles fixada e representada por seus escritos), incumbindo-se de fixar a norma para a prosódia, a ortografia, a morfologia e inclusive para a sintaxe das línguas indígenas toda vez que a variação os obrigava a proceder a uma dada escolha. Marli Quadros Leite, em seu estudo sobre a gramática portuguesa no século XVI, afirma que, por ser um fato social, um objeto cultural, ela:

É por natureza normativa, no sentido de sua atualização ser, obrigatoriamente, de modo esperado, ou seja, de modo como todos os falantes a realizam historicamente. As variações e as mudanças ocorrem dentro desse quadro do “socialmente obrigatório”, em escala crescente, isto é, da variação para a mudança, de acordo com a imposição do grupo de falantes, para cada fenômeno linguístico.

⁹ Segundo Antonio de Nebrija, barbarismo, para além de ser a adoção da palavra peregrina, pode ser também uma má pronúncia em que se dá a metástase ou ainda a *adiectio* ou *detractio* de um valor fônico de corpo de palavra: “I por que los peregrinos & estrájeros que ellos llamarõ barbaros corrôpiã su lengua quando quierã hablar en ella: llamarõ barbarismo aquel vicio que cometian en una palabra. Nos otros podemos llamar barbaros a todos los peregrinos de nuestra lengua sacando a los griegos & latinos. & a los mesmos de nuestra lengua llamaremos barbaros si cometen algun vicio en la lengua castellana. El barbarismo se comete o en escriptura. o en pronúnciã. añadiendo o quitãdo. o mudãdo. o trasportãdo alguna letra o silaba o acento en alguna palabra. como diziendo peidro por pedro. añadiendo esta letra i. Pero por pedro. quitãdo esta letra .d. petro por pedro. mudando la .d. en .t. perdo por pedro trastrocada la .d. cõ la .r. pedrõ el acento agudo por pedro el acento grave en la ultima silaba” (cf. LEBRIJA, 1901, “Capítulo V, del barbarismo & solecismo”). Mas, em sua gramática, Antonio de Nebrija, contrariamente a João de Barros, estabelece a diferença, com pleno conhecimento da retórica e da poética, entre, de um lado, *lexis*, e de outro, barbarismo (havendo o recurso intermediário do ornato ou licença denominado “metaplasmo”); opõe ainda a *phrasis* ao solecismo, havendo o recurso elocutivo intermediário do *schema*: “Si en alguna palabra no se comete vicio alguno: llama se *lexis*: que quiere dezir perfecta dición. Si en la palabra se comete vicio que no se pueda sufrir: llama se barbarismo: si se comete pecado que por alguna razon se puede escusar: llama se metaplasmo. Esso mesmo si en el aiuntamiento de las partes de la oracion no ai vicio alguno: llama se *phrasis*: que quiere dezir perfecta habla. Si se comete vicio intolerable: llama se solecismo. Si ai vicio que por alguna razon se puede escusar: llama se *schema*. Assi que entre barbarismo & *lexis* esta metaplasmo. entre solecismo & *phrasis* esta *schema*” (LEBRIJA, 1901, “Capítulo V, del barbarismo & solecismo”). Como se sabe, João de Barros põe na classe dos vícios o que Antonio de Nebrija consegue compreender também como estruturas eminentemente elocutivas e, por conseguinte, próprias para produzir a ornamentação dos discursos.

Mas são justamente as mudanças e as variações que a gramaticalização e a textualização do quéchua pelos padres, por exemplo, visam subtrair ou minimizar, procedimento visto em outros espaços americanos em que os jesuítas obraram, como é o caso do Brasil. Essa drástica redução da língua a paradigmas completos sob forma tabular, que devem reger a composição de escritos, é inclusive condição para que se subtraia a língua de sua “mudez”, o que pode nos parecer hoje em dia paradoxal, pois a voz sonante, em suas incontáveis e diferenciadas performances, deveria ser justamente compreendida como a mais absoluta oposição ao mutismo. No entanto, o jesuíta Juan de Figueredo, em poema encomiástico composto em louvor do livro de Diego de Torres Rubio, opõe a mudez de línguas índias desprovidas de arte gramatical à sonoridade daquelas que já a têm: “Enriquecida de tan noble aumento/La Indica lengua, jubilos concibe;/que hasta oi sin alma muda, oi apercibe/formar la voz al aire de tu aliento”(Juan de Figueredo, in RUBIO, [s.d.], n. 17). Os versos iniciais do poema laudatório de Juan de Figueredo declaram ocorrer o enriquecimento da língua índia pelo aumento que lhe propiciam os padres da Companhia ao gramaticalizá-la, gramaticalização essa que, por seu turno, possibilita a composição de júbilos ou hinos, em quéchua, votados ao verdadeiro Senhor. Essa composição de júbilos é signo evidente da alma que os entoa, alma essa produzida por seu turno pela aceitação de Cristo e pelo reconhecimento de sua verdadeira e única divindade presente na voz jubilosa; a voz quéchua prenhe de cristianismo perde a sua mudez anterior, pois só então se pode dizer que ela de fato fala ao proferir as verdades eternas da doutrina cristã, e esse alento ou *pneuma* novo que a anima é condição de que seu soar se faça ouvir e repercuta em todo o mundo.

Essa normatização gramatical que estrutura os discursos que se apropriam dela e a atualizam propõe-se unificação de um diverso, a absorção de uma diferença, que são as possibilidades inversas que a gramática deseja calar. Pode-se pensar que as variantes linguísticas gramaticalizadas e normatizadas que os padres usam ao compor textos em quéchua ou na língua geral da costa do Brasil são, ao mesmo tempo, normas, valores e enunciados que, por sua própria estrutura sintática, morfológica e fonológica, produzem a desqualificação daquilo a que se opõem. Em sociedades em que a *lexis* é elemento fundamental da representação¹⁰ dos sujeitos na estrutura estamental, como a de Portugal e

¹⁰ Roger Chartier, ao discorrer sobre a relação entre representação e capital simbólico, assevera que nas sociedades de Antigo Regime “a posição ‘objetiva’ de cada indivíduo” é “dependente do crédito que

de Espanha dos séculos XVI e XVII, e a de suas colônias, tem-se de pensar se as variantes dotadas de prestígio nos meios letrados e cortesãos não só são portadoras de valor, e se, por o serem, são de uso obrigatório sob pena de desqualificação dos que não se valem delas, o que implicaria reconhecer, para além de seu valorpragmático, uma “norma” de cunho deontológico para se realizar no quotidiano a sublimidade da fala a par daquela dos modos, considerando-se é claro a pertinência das situações pragmáticas de comunicação e os gêneros praticados. A proposição dessa correlação entre o sublime no discurso e o advindo da encenação de si é doutrinada por René Rapin, entre outros, que apresenta o argumento como sendo de sua autoria e totalmente novo, em fins do século XVII, conquanto em manuais de civilidade, desde princípios do século XVI, já se tenha apresentado a doutrina do decoro do discurso a depender dos gêneros praticados e de seus praticantes (cf. PÉCORA, 2001; BURKE, 1997). No *Avertissement* de sua obra, ao propor a possibilidade do sublime nos costumes, René Rapin assim o faz como uma transposição de princípios retóricos para o domínio dos “modos”:

Rien n'est plus nouveau que le dessein de cet ouvrage. On n'en a peut-estre jamais traité de pareil: car l'idée qu'on se forme du Sublime est tellement attachée au discours, qu'on a de la peine à le mettre ailleurs. Mais comme il peut y avoir du Grand & du Merveilleux en toutes choses, j'ay cru qu'on pouvoit aussi y concevoir du Sublime: ce qui m'a donné lieu d'en imaginer dans les différens estats de la vie: chaque estat pouvant estre susceptible d'un degré de perfection capable d'inspirer la mesme admiration en son genre, que le discours dans le sien (RAPIN, 1686).

É evidente que, ao tratar do fenômeno da gramaticalização e de seus efeitos mais imediatos sobre a tessitura social, adota-se o “primado conferido ao recorte social considerado capaz de organizar a compreensão das diferenciações e das partilhas culturais” (CHARTIER, 1991, p. 176), não nos esquecendo, no entanto, de que o reconhecimento da constituição histórica de normas linguísticas não implica conceber qualquer representação objetivista de cunho sociológico, pois se deve invocar, a partir dos trabalhos de Michel de Certeau (1994; 1996), “contra as determinações imediatas das estruturas, as capacidades inventivas dos agentes, e contra a submissão mecânica à regra,

aqueles de que espera reconhecimento conferem à representação que dá de si mesmo” (CHARTIER, 1991, p. 186).

as estratégias próprias da prática” (CHARTIER, 1991, p. 176), conquanto não nos detenhamos, neste artigo, em escrutinar essas “capacidades inventivas” e “práticas” disruptoras da norma.¹¹

III

Pode-se compreender a *Carta* composta em São Vicente em 1560 como tributária de um costume europeu de longa duração de composição de listagens lexicais temáticas, sobretudo porque nela o autor se detém em descrever elementos da fauna e da flora brasílicas, conquanto não os apresente alfabeticamente nem se proponha o esgotamento da matéria no relato epistolar que encaminha à Europa. Não se pode chamá-la, por conseguinte, bestiário ou herbário, embora nela se façam presentes ambos os costumes tratadísticos, bastando verificar a sequência da maioria dos capítulos ou seções em que ela se divide para constatar a dívida de José de Anchieta frente a esses gêneros letrados europeus. Pondo de parte cinco dos seis primeiros capítulos, que tratam basicamente da localização da terra brasílica, do clima e de suas intempéries (partições de I a IV, e VI – o de número V trata do peixe-boi [*de bove marino*]), e os de número XLVI e XLVII, que discorrem, respectivamente, sobre a crença dos índios em demônios e sobre a raridade de deformidades corporais e monstros entre os nativos, sendo o último, o de número XLVIII, a conclusão, todos os demais têm como matéria fauna e flora:

VII – Qual é a cautela com que saem os peixes para desovar, e de que modo são apanhados (ANCHIETA, 1900, p. 16);

VIII – Da serpente Çucuryúba (ANCHIETA, 1900, p. 17);

IX – Do Crocodilo (ANCHIETA, 1900, p. 18);

X – Do Arganz Capyvára (ANCHIETA, 1900, p. 19);

XI – Das Lontras e das suas congêneres (ANCHIETA, 1900, p. 19);

XII – Dos Caranguejos (ANCHIETA, 1900, p. 20);

XIII – Da Cobra Jararáca (ANCHIETA, 1900, p. 21);

XIV – Da Serpente Bóicininga (ANCHIETA, 1900, p. 22);

¹¹ Roger Chartier (1991, p. 180), ao sublinhar a diferença entre a história cultural do social e a antiga história social da cultura, assevera que aquela estabeleceu um primeiro distanciamento “face a uma concepção estreitamente sociográfica que postula que as clivagens culturais estão forçosamente organizadas segundo um recorte social previamente construído. É preciso, creio, recusar esta dependência que refere as diferenças de hábitos culturais a oposições sociais dadas a priori, tanto à escala de contrastes macroscópicos (entre as elites e o povo, entre os dominantes e os dominados), quanto à escala das diferenciações menores (por exemplo entre os grupos sociais hierarquizados pelos níveis de fortuna ou atividades profissionais). Desse modo, quando em nosso estudo se fala das variantes de prestígio próprias da corte, é preciso pensá-la, a corte, como espaço fortemente heterogêneo do ponto de vista social, mas em que há forte pressão para a homogeneidade linguística a despeito das diferenças diastráticas e diatópicas que nela se fazem ainda presentes”.

- XV – Das outras serpentes (ANCHIETA, 1900, p. 23);
 XVI – Do veneno e da fecundidade das serpentes (ANCHIETA, 1900, p. 24);
 XVII – Do inseto Boiquiba (ANCHIETA, 1900, p. 25);
 XVIII – Das aranhas (ANCHIETA, 1900, p. 25);
 XIX – Do Escorpião (ANCHIETA, 1900, p. 26);
 XX – Dos animais ferozes (ANCHIETA, 1900, p. 27);
 XXI – Do Papa-formigas, ou Tamanduá (ANCHIETA, 1900, p. 29);
 XXII – Do Tapuiára (ANCHIETA, 1900, p. 30);
 XXIII – Do Bradypoda, ou Preguiça (ANCHIETA, 1900, p. 31);
 XXIV – Da fera Sarigüea (ANCHIETA, 1900, p. 32);
 XXV – Do Porco-espinho (ANCHIETA, 1900, p. 32);
 XXVI – Dos macacos (ANCHIETA, 1900, p. 33);
 XXVII – Do Dasypodo, ou Tatú (ANCHIETA, 1900, p. 34);
 XXVIII – Dos veados, do gato selvagem e do porco Taiaçú (ANCHIETA, 1900, p. 34);
 XXIX – Do Camelo pequeno ou Lama (ANCHIETA, 1900, p. 35);
 XXX – Do insecto Rahú (ANCHIETA, 1900, p. 35);
 XXXI – Das formigas (ANCHIETA, 1900, p. 36);
 XXXII – Das abelhas (ANCHIETA, 1900, p. 38);
 XXXIII – Das moscas e mosquitos (ANCHIETA, 1900, p. 38);
 XXXIV – Do papagaio, avestruz e da avezinha menor de todas (ANCHIETA, 1900, p. 39);
 XXXV – De alguns patos e gralhas (ANCHIETA, 1900, p. 40);
 XXXVI – Dos gaviões (ANCHIETA, 1900, p. 41);
 XXXVII – Da gralha Anhima (ANCHIETA, 1900, p. 41);
 XXXVIII – Das raízes Mandioca e Jeticopé (ANCHIETA, 1900, p. 42);
 XXXIX – Da Herva Viva, ou Sensitiva (ANCHIETA, 1900, p. 43);
 XL – Da arvore Capayva (ANCHIETA, 1900, p. 43);
 XLI – Da arvore Mangue (ANCHIETA, 1900, p. 44);
 XLII – Da arvore Çapocaia (ANCHIETA, 1900, p. 44);
 XLIII – Dos pinheiros (ANCHIETA, 1900, p. 44);
 XLIV – Das plantas purgativas (ANCHIETA, 1900, p. 45);
 XLV – Da pedra flexível. E das conchas que produzem perolas (ANCHIETA, 1900, p. 46),

O procedimento de descrição das matérias de cada seção da *Carta* difere daquele com que nos deparamos ao ler “verbetes” análogos (às “*entradas anchietanas*”) do *Cornucopiae*, de Ambrogio Calepino – o mais conhecido dos dicionários enciclopédicos do século XVI –, como, por exemplo, aquele concernente ao “leão”. Na primeira edição do *Cornucopiae*, fala-se da clemência do leão, dentre as feras bravias, mas sem remissão a uma citação explícita que a autorize. Essa falta de autorização pelo recurso à citação de autoridades

antigas é, no entanto, sanada em edições posteriores, tornando-se um quesito recorrente em edições ulteriores do *Calepino*. No *Cornucopiae*, na edição de 1620, em dois volumes e octolíngue, no verbete “leo”, como em muitos outros verbetes desse livro, acumulam-se passagens de autores antigos que roboram aspectos da definição apresentada, como a que refere a magnanimidade do leão por meio de uma citação da quinta elegia do terceiro livro dos *Tristia* de Ovídio (cf. “Referências”). Primeiramente, o verbete relata a excepcional clemência do leão dentre as feras (“Leones tantum ex feris clementia vtuntur in supplices: prostratis parcunt”), fragmento esse presente desde a primeira edição e que se não modificou em edições posteriores, para, a seguir, autorizar a informação constituinte da definição do verbete por meio da referência à obra ovidiana (“Corpora magnanimo satis prostrasse leoni. Ouid. Eleg. 5. Lib. 3. Trist.” [CALEPINO, 1620, p. 28]). De fato, no texto ovidiano lê-se: “corpora magnanimo satis est prostrasse leoni,/pugna suum finem cum iacet hostis, habet:”, havendo, por conseguinte, a falta de um vocábulo, “est”, na citação do dístico no *Cornucopiae*, conquanto se possa, é claro, reconhecer perfeitamente a ratificação do verbete pela citação: “é suficiente para o magnânimo leão prostrar o corpo do adversário e a contenda termina quando o inimigo no solo jaz”.¹² A citação conecta o verbete do *Calepino* ao texto de que é parte e que o autoriza, sendo, por conseguinte, índice dialógico, pois o próprio excerto sobre a clemência do leão é *locus* que, na quinta elegia do terceiro livro dos *Tristia*, amplifica a máxima sobre o serem clementes aqueles que são mais poderosos e que têm, portanto, o dever de perdoar por magnanimidade, cabendo ao leitor determinar se a assunção do dicionarista sobre a clemência leonina é apropriada ou não e se a autoridade citada de fato o autoriza como o explicita a própria prática de acumular excertos carreadores do mesmo *endoxon*. A citação de autoridades no *Calepino*, assim como as notas de rodapé dos textos acadêmicos hodiernos, serve também como antecipação a possíveis objeções apresentadas por virtuais leitores sobre a veracidade ou até mesmo sobre a verossimilhança das informações constituintes de cada verbete, como já o demonstrou Shari Benstock para os textos científicos contemporâneos (BENSTOCK, 1983, p. 204). Nesse sentido, as citações de autoridades não são, no *Calepino*, simples digressões, notas marginais reveladoras de uma erudição estéril, pois seu valor persuasivo de prova é evidente, com remissões precisas a autor, obra, livro

¹² Tradução por mim feita a partir da citação anterior.

e peça poética, no caso dos livros de poesia. Como o dicionarista partilha o mesmo *endoxon* que se visa a roborar pelo recurso à citação, pode-se pensar que o dicionarista no início dos Quinhentos e seus sucessores imediatos não têm consciência da descontinuidade histórica entre a Antiguidade e o século XVI, e, por outro lado, justamente por não a perceberem, por se crerem continuadores do legado dos antigos, fazem submergir sua voz autoral na voz coletiva fundada na repetição de *endoxa* extraídos de livros antigos na forma, sobretudo, de excertos aforísticos (cf. KOSELLECK, 2006, p. 41-60).

Nos dias de hoje, a imersão da voz autoral na voz coletiva e opinativa tomada como o estado corrente de uma dada questão no campo das ciências humanas faz-se presente na prática de composição de notas de rodapé, pois cabe ao autor de um texto que se quer científico provar que sua pesquisa coligiu o que de mais importante há em um dado campo de estudos, e que se o citou, comentou e criticou, com plena remissão às publicações em que se podem triar novamente aqueles dados.¹³ Anne H. Stevens e Jay Willians assim resumem a função contemporâneas notas de rodapé no campo das ciências do homem:

In a general sense, footnotes are the mark of the author's status as a professional. Because, as Grafton notes, footnotes persuade, we look to them for proof that the author has sufficiently covered the field, that enough evidence has been marshalled, that the status of the evidence has been sufficiently questioned. The profession requires not only the traditional recognition of the work of like-minded scholars but also a consciousness of their place in the field, one's own place in the field, and the field's status as a field of study (STEVENS; WILLIANS, 2006, p. 211).

IV

O empreendimento anchietano de descrição da natureza americana tem evidentes antecedentes em escritos antigos, como já o dissemos na primeira seção deste estudo, assim como em congêneres quinhentistas e seiscentistas que têm como matéria a “história natural”, de que também é tributário. Pode-se dizer que a *Carta* é composta de procedimentos que remontam a vários gêneros letrados que atualiza. Se em sua primeira seção intitulada “Razão de se

¹³ As diferenças entre as notas de rodapé em escritos históricos contemporâneos e aquelas presentes em livros, como, por exemplo, o *Calepino*, podem ser assim sumariadas a partir de Anthony Grafton (1998, p. 39): “Finalmente, o historiador que cita documentos não cita autoridades, como os teólogos e os advogados da Idade Média e da Renascença, mas fontes. As notas de rodapé históricas arrolam não os grandes escritores que sancionam uma determinada afirmação ou cujas palavras um autor adaptou criativamente, mas os documentos – muitos dos quais, ou mesmo a maioria deles, não são absolutamente literários – que forneceram seus ingredientes essenciais”.

escrever esta carta” (*Epistolae scribendae causa*¹⁴) se junte à curiosidade, motivação evidente da escrita – pois motiva a escritura o querer maravilhar os membros da Companhia que, na Europa, estão longe de ver o que na América é coisa digna de admiração, de que tomarão conhecimento –, a devoção, esta, por seu turno, é contrapartida daquela, pois que a justifica sob uma visada religiosa. Conhecer essa “parte ínfima e baixa do mundo”, como escreve Cristoforo Landino no *Proêmio* à sua tradução do *Historia Naturale*, de Plínio, é condição de reconhecimento de *Deus Pantocrator*, e possibilidade de remontar dos efeitos visíveis à majestade da causainvisível: “Adũque chome di grado ã grado da linfima parte dogni grande edificio ala piu excelsa sarriua: cosi la mente mostra benche lordine degli effecti alla causa sia retrogrado dalle uisibile chose insino alle inuisibili peruiene” (PLINIO SECONDO, 1476, p. 1-2).

Mas como descrever para os irmãos da Companhia e demais leitores europeus as maravilhas do Novo Mundo – coisa nunca vista – sem a prévia existência de ao menos uma iconografia e de descrições fundadas em *loci* autorizados pela tradição, como aqueles que nos apresentam o “leão” nas várias edições do *Calepino*?

A importância dos *loci* para a composição de descrições de animais e plantas não deve ser minimizada, sobretudo quando, mesmo que de forma aligeirada, verificamos o quanto um escrito deve a suas matrizes letradas. Como dissemos acima, no verbete “leo”, do *Calepino*, desde sua primeira impressão, em 1502, deparamo-nos com a informação atinente às generosidade e clemência do leão entre as feras até então conhecidas. Embora, como vimos, haja, em edições posteriores a de 1502 – apesar de não termos lido todas as impressões desde a primeira para verificar em qual delas se adota o procedimento de remissão precisa a autoridades –, envio, em cada verbete, a textos que o autorizam, muita vez as seções do verbete em que não se adotou a prática da remissão é por seu turno dependente de obra bem conhecida do público letrado europeu, que não teria desse modo dificuldade de identificar e também de rastrear, em caso de necessidade, a informação apresentada. Logo no princípio do verbete “leo”, na edição de 1502, deparamo-nos com a seguinte declaração: “Leo animal ferox & omniũ animalĩũ generosissimus tũ praecipue cũ colla armosque uestiunt iubae quod aetate accidit” (CALEPINO, 1502, verbete *leo*). Essa seção do verbete do *Calepino* reproduz quase *ipsis litteris* o texto do *Historia Naturale* de Plínio, de

¹⁴ Cf. Anchieta (1900, p. 3; 1799, p. 1).

que excertamos o trecho correspondente na tradução de Cristoforo Landino: “Grande & spetiale generosita e nel leone: ma in quello, che ha il collo & le spalle vestite di velli” (cf. PLÍNIO SECONDO, 1534, cap. XVI). Aquela outra seção do verbete que, por seu turno, é roborada com remissão aos *Tristia* de Ovídio, também encontra respaldo em passagem da obra de Plínio, no capítulo dedicado ao leão: “Solo el liono di tutte le fiere e misericordioso inverso chi priega: nõ ofende chi si getta in terra: quando usa crudelta assalta prima gli huomini, che le donne: e piccio i fanciugli non tocca se non ha gran fame” (PLÍNIO SECONDO, 1534, cap. XVI).

A localização de todas as fontes de informação concernentes ao leão no verbete do *Calepino* pode facilmente ser determinada pela acurada leitura de um outro repositório de lugares-comuns excertados de obras antigas sobre os animais, como, por exemplo, o livro de Francisco Velez, publicado pela primeira vez em 1613. Como os lugares-comuns sobre o leão citados no *Calepino* são elencados na obra de Francisco Velez, com remissão marginal às fontes lidas e de onde foram extratados os dados informativos, pode-se fazer a hipótese de que essas fontes devem ter servido também direta ou indiretamente a Ambrogio Calepino quando compôs seu dicionário, e dessa comum dependência de duas obras enciclopédicas – embora a de Francisco Velez seja dedicada somente aos animais – frente à tradição poligráfica antiga pode-se depreender a importância de obras gregas e latinas como meio de autorização de discursos nos séculos XVI e XVII europeus. No *Calepino*, deparamo-nos com informação respeitante ao ânimo do leão, de que a cauda seria o índice: “Eorum [leonês] animi index est cauda: sicut equorum aures” (CALEPINO, 1502, verbete *leo*). Essa mesma informação sobre ser a cauda índice do ânimo leonino pode ser encontrada no tratado de Francisco Velez, em que se assevera serem Plutarco e Nicollò Leoniceno as fontes:

Para no hazer con descuydo y floxedad la batalla el Leon, dize Eliano, que se açota primero con la cola. Plutarco en un tratado que hizo de la vida de Homero, dize: Con la cola se açota los lados, y las costillas, de vna y otra parte. Trae Nicolao Leoniceno en sus questiones naturales dos razones, por las quales dize se castiga de la manera dicha. La vna es, por que la cola es señal de su animo. Y de otra, por ayrarse, y enojarse con el calor (VELEZ, 1613, p. 23).¹⁵

¹⁵ A informação sobre ser a cauda do leão índice de seu ânimo pode ser encontrada no *História Natural* de Plínio, na tradução de Cristoforo Landino: “Segno dell'animo del liono e la coda: si come gli orecchi dimostrano l'animo del cavallo: imperoche la natura da questi segni a ogni generoso animale” (PLÍNIO SECONDO, 1534, cap. XVI).

No verbete do *Calepino* sobre o leão, afirma-se ainda ter ele medo do galo (crista e canto), do ruído de rodas e de fogo ou excessiva claridade (“Timent rotarum orbis circũactos & currus inanes: & cristas: cãtusque gallinaceorum: sed maxime ignes” [CALEPINO, 1502, verbete *leo*]), informações essas que encontramos novamente recolhidas no tratado de Francisco Velez, com explícita remissão às fontes autorizadas:

No ay criatura en la tierra que viuva sin alguazil. Crio nuestro Señor al Leon con la fortaleza, sagacidad, y cuydado que auemos dicho, y hizole Rey de todos los animales terrestres, y para abaxarle su soberuia y altivez crio el Gallo, el qual tiene tanto dominio sobre el, que no solamente estando viuo con su canto le amedrenta [...]. Tienen grandissimo miedo al sonido de las ruedas de los carros, y principalmente a la lumbre, segun dizen Solino, y Aristoteles (VELEZ, 1613, p. 18).¹⁶

Apesar da remissão a obras de Solino e Aristóteles, todas as informações constantes do *Calepino* e do tratado de Francisco Velez podem ser triadas do *Historia Naturale* de Plínio, única fonte sobre o “leão” a que faz remissão Robert Estienne no primeiro volume de seu monumental e influente *Dictionarium seu Latine Linguae*, indicando-se os mesmos livro e capítulo utilizados por Ambrogio Calepino e por Francisco Velez, a que muita vez não se faz referência: “LEO, leonis, m. g. Vng. Lion. Vnde Plinium, lib. 8. Cap. 16” (ESTIENNE, 1531, p. 456r).¹⁷ Na tradição lexicográfica espanhola, pode-se ler o verbete “león” na primeira edição do *Tesoro de la Lengua Castellana o Española*, de Sebastián de Covarrubias Orozco, em que, depois de se afirmar ser conhecido o leão, ou por se o ver ao vivo, ou por se o ver pintado – o que implica a desnecessidade de descrevê-lo –, referem-se sua ferocidade e generosidade, só superada esta última pela do homem, para, em seguida, remeter o leitor às fontes dos lugares-

¹⁶ Na tradução de Cristóforo Landino do *História Natural* de Plínio encontramos, em um mesmo parágrafo, todas essas informações arroladas no *Capelino* e também presentes no tratado de Francisco Velez: “Questo si grãde, & si terribile animale nondimeno molto teme gli strepiti del carro, quando voto corre: & le chreste de galli: ma piu il canto, & massimamente il fuoco” (PLINIO SECONDO, 1534, cap. XVI).

¹⁷ Em dicionários bilingües europeus dos séculos XVI e XVII, muita vez não se arrolam sequer lugares-comuns para a partir deles se compor uma definição do verbete listado, como é o caso do verbete “leon” no *Dicionário Hispânico-Latino* de Antonio de Nebrija: “Leon: animal conocido. Leo. Onis” (*Dictionarium ex hispaniensi in latinum sermonem*. Interprete Aelio Antonio Nebrissensi, 1513). Como se assevera no verbete “león”, nada é preciso dizer a respeito dele, por se tratar de animal perfeitamente conhecido do público letrado europeu, que não teria dificuldade de visualizá-lo e de dele conhecer as opiniões autorizadas mais difundidas pelas tradições poligráficas antiga e moderna. O laconismo do verbete é revelador do quanto os *endoxa* sobre esse animal eram tomados como consabidos ao tempo da composição da obra lexicográfica de Antonio de Nebrija.

comuns da tradição poligráfica antiga, como o *Historia Naturale*, ou moderna, como o é a obra de Valeriano (cf. BOLZANI, 1556), o que atesta mais uma vez a comum dependência de todos os dicionaristas frente às mesmas autoridades ou ainda sua dependência uns frente aos outros.¹⁸ No *Tesoro* dá-se a seguinte definição de “león”:

Leon, Latine leo à Graeco λέων, animal conocido vniversalmente, o viuo, o pintado, aunque suelen dezir, que no es el leon tan brauo como le pintan: y esto se suele atribuir a los que publican por muy valientes. Dexado esto a parte, el leon es animal ferocissimo, y juntamente generosissimo entre todos los animales despues del hombre. De lo vno, y de lo outro, ay tantos y tan raros exemplos, que he tomado por partido remitirme a los autores que los escríven y afirman, por no alargar esta obra: y particularmente a Pierio Valeriano em sus hieroglyphicos, dando principio a su libro con el leon: allí podras ver su naturaleza, y lo que della filosofaron los Egypcios, y los demas que han tratado desta materia. Y a Plinio libro octauo capitulo 16. y en otros muchos lugares, y los comentarios simbolicos de Brixiano (COVARRUBIAS OROZCO, 1661, p. 521).

De qualquer modo, a leitura da maioria dos dicionários dos séculos XVI e XVII, sobretudo daqueles que não têm caráter enciclopédico, como o é o *Calepino*, ou ainda que não são dedicados a elucidar o sentido de palavras de uma única língua, como é o caso do *Tesoro*, de Sebastián de Covarrubias Orozco, apresentam equivalências lexicais entre palavras de duas ou mais línguas por mera justaposição de vocábulos, sem deles apresentar uma definição, por mínima que seja. Ainda no âmbito lexicográfico hispânico pode-se ler, como exemplo do que dissemos, o verbete “león” do *Tesoro de las Tres Lenguas*, de Girolamo Vittori, em que se estrutura o verbete como segue: “Leon, vn lion, vn leone” (VITTORI, 1644, p. 351). Há ainda o caso dos dicionários em que, a par da equivalência lexical entre vocábulos de duas línguas, simplesmente

¹⁸ Louis Cooper assevera que a prática chamada por nós hodiernamente de “plágio” era comuníssima nos séculos XVI e XVII entre os autores de dicionários e vocabulários, e, como exemplo de apropriações de obras anteriores, que são, pelo trabalho do apropriador, ampliadas, ou em número de verbetes, ou ainda no conjunto de definições constituintes de cada verbete, cita o lexicógrafo inglês John Minshew. Este integra o trabalho lexicográfico de seu antecessor, Percyvall, naquele que compôs, mas pelo menos refere a dívida contraída, conquanto não especifique a amplitude dos “empréstimos”. A partir de John Minshew a prática de apropriação de obras lexicográficas inteiras por novos dicionaristas se agudiza e em quase todas elas não se faz menção ao débito que se contraiu com os antecessores: “Unlike Minshew, and Percyvall beforehim, who also gave credit to compilers who preceded him, lexicographers like Cristobal de las Casas, Jean Palet, Girolamo Vittori and Lorenzo Franciosini neither acknowledge any debt to authors before them nor do they, like almost all of the lexicographers of the period, reveal sources of augmentations made by them” (COOPER, 1962, p. 718).

justapostos no verbete, apresentam-se exemplos de expressões idiomáticas em que o vocábulo é empregado. Randle Cotgrave, em seu *A Dictionarie of the French and English Tongues*, ao compor o verbete “lion”, apresenta o equivalente inglês, *lion*, para, em seguida, fornecer uma longa lista de expressões idiomáticas em que essa palavra comparece (“Sault du lion: A certaine tumbling tricke upon a stoole, or little bench” [COTGRAVE, 1611]), sem, contudo, apresentar uma definição do animal por meio de referências múltiplas à tradição poligráfica, mencionando ter também a palavra o sentido, em francês, de “signo zodiacal” e de “moeda”: “Lion: m. A Lyon; also, the (Zodiaccall) Signe Leo; also, a peece of coyne Worth about 6 s. sterl” (COTGRAVE, 1611).

O conjunto de *loci* que compõem cada verbete de um dicionário de tipo enciclopédico ou que compõem a definição do verbete de um dicionário monolíngue varia, havendo aqueles que minudenciam inclusive os valores simbólicos de um animal ou planta e até mesmo seus usos médicos, dados esses extratados dos tratados poligráficos antigos, como o *Historia Naturale*, de Plínio, ou o *Historia Animalium*, de Aristóteles. Esses dados informativos podem fazer-se presentes também em tratados médicos que especificam usos terapêuticos de animais ou de partes específicas de animais, extratados também de livros antigos, como os de Aristóteles e Plínio, e também de obras modernas dedicadas à medicina, que atualizam os *endoxa* presentes nas obras anteriores de que se apropriam, como é o caso do livro de Francisco Velez, em que se elogia o valor curativo da gordura do leão, considerando-se proceder ela de um animal “quente e seco”, sendo a melhor aquela que provém de um leão macho e adulto, por ser mais quente e mais seco, segundo a doutrina dos humores de Hipócrates e Galeno:

Las diferencias de las gorduras de las aues, son segun sus complexiones. Ciertamente se fuere caliente, caliente sera la gordura: y deshazedora de apostemas. Las que fueren frias, tienen la gordura mas templada: y la gordura de las que fueren mas secas, humedece menos: de las humedas humedece mas, y si es de animal naturalmente humido. [...] La gordura del Leon calienta mas que todas, y humedece menos (VELEZ, 1613, p. 24).

Outros *endoxa* presentes nos tratados de história natural antigos dizem respeito à relação entre animais e afetos, relação essa sumariada no livro de Francisco Velez, em que, ao asseverar de forma um tanto geral haver nos

animais vestígios ou sinais do ânimo humano,¹⁹ passa a reportá-la de forma pormenorizada, como segue:

Diferen demas desto en las costumbres, por que algunos son mansos, remisos, y no amigos de vencer, como los Bueyes: otros animosos, amigos de vencer, del todo brutos, como los Iabalies: otros ingeniosos, y temerosos, como los Cieruos, Liebres, y Conejos: otros villanos, malinos, y assechadores, como las Serpientes: otros ahidalgados, y fuertes, como los Leones: Otros generosos, ferozes y assechadores, como los Lobos. [...] Ay otros astutos, maliciosos, y recatados, como las Raposas: otros animosos, amorosos y halagueños, como los Perros: otros mites, mãsos, y amigos de amansarse, como el Elephante: otros vergonçosos, y recatados, como los Ansarones: otros inuidiosos, astuciosos del adorno, como los Pauones (VELEZ, 1613, p. 12).

Essa tradição fisiognomônica de que participa o livro de Francisco Velez remonta aos tratados antigos desse gênero, como o de Adamantius, reciclado a partir do século XVI por autores lidíssimos no seu tempo, como Pier Valeriano Bolzani, Giambattista Della Porta e Gerolamo Cardano (cf. ADAMANTIUS, 1540; BOLZANI, 1576; DELLA PORTA, 1594; CARDANO, 1658). O livro de Valeriano Bolzani principia justamente pela exposição dos muitos significados que se pode atribuir ao “leão”, subdividindo-se a entrada em várias seções que compõem um conjunto vasto de *loci* oriundos de autoridades antigas e contemporâneas do autor: na primeira seção (*Du Lion & de ses significations*), propõe-se um epítome dos muitos sentidos associados a esse animal, sem, contudo, esgotar o assunto, pois as seções subsequentes, exaustivas, abordarão o sujeito de um ponto de vista poético, pictórico, escultórico, retórico, parenético, médico, moral, teológico etc., em que se citam as fontes de que se extraíram as informações, coincidindo muitas delas com as que encontramos nos dicionários de que falamos anteriormente em nosso estudo. Dos sentidos associados ao “leão”, Pier Valeriano Bolzani ressalta omoral, concernente à magnanimidade do felino, arrolando outros, no entanto, que propiciarão a metaforização de virtudes morais pela figura desse animal na poesia, pintura, escultura etc. Essa sùmula, conquanto não abrangente do que se explanará ao longo dessa entrada da obra, será por nós

¹⁹ Diz Francisco Velez (1613, p. 11): “Ay ciertamenteen muchos de los animales vestígios, ò señales de las costumbres del animo humano, aunque estas cosas se disciernen mas claramente enel hombre. Ay en los animales vrbanidad, fiereza, clemencia, aspereza, fortaleza, pereza, miedo, confiãça, ira, malicia, y semejança de prudencia, como lo declarè tratando de las partes dello”.

aqui excertada, por sua importância, em sua tradução francesa, ao tempo em que, ao final, fazemos a remissão à primeira edição latina de 1556:

Les Philosophes, Historiens, voire mesmes les Deuins, ont traicté & debatu maintes choses de la nature du Lion: desquels ne s'est trouué personne qui en est parle, & escrit plus au vray, & avec plus grande merueille, qui les Prestres Aegyptiens: tant ces hommes (que i'oseroy affermer auoir eu la cognoissance de tous les secrets de nature) ont esté curieux de rechercher le naturel de tous les animaux. Or chascun doit scauoir que le Lion est si excellent que mesmes vn chacun des membres d'iceluy, non seulement de l'inuention d'iceux prestres, mais aussi du contentement de toutes nations, a donné de toute ancieneté entree à quelque signification mystique: car on peut voir vne infinité de monumens anciens, esquels en diuerses significacions ou figures significatiues le Lion représenté, signifie ores la magnanimité, ores les forces de l'esprit & du corps, ores le Soleil & la Terre, ores l'obeissance enuers les parens, ores celuy qui donte son courage: puis apres il demonstre en autres peintures, la lasciueté d'amour, l'eloquence, vigilance, garde, l'homme terrible, le dominateur, le debordement du Nil, la clemence, la vengeance, & plusieurs autres choses. Si est ce que de toutes les proprietiez de la nature d'iceluy il n'est emerueillable plus que de ceste grande magnanimité la quelle est en luy. A ceste cause nous commencerons à parler d'icelle, laquelle les prestres Aegyptiens entendoient par la figure hieroglyphique du Lion: pource qu'entre les bestes à quatre pieds, ils tiennent pour certain qu'il est le plus magnanime & courageux. D'auantage le portrait du Lion à ceste propriété, de représenter vn coeur hault & genereux, comme on trouve que les Physiognomes ont remarqué: car il a vne grande teste, les yeux enflammez, la face ronde, & le crin esparpillé de part & d'autre comme rayons, sur le col & sur les espauls (BOLZANI, 1576, p. 1-2).²⁰

Cabe dizer ainda que os afetos que podem ser metaforizados, nas artes, pelo “leão”, são os mesmos que são descritos como os próprios do temperamento leonino no tratado de fisiognomia de Giambattista Della Porta e em tratados de pintura que se debruçam especificamente sobre as expressões dos afetos e dos temperamentos. Giambattista della Porta, no tratado *Della Fisionomia dell'Humo*, escrito e impresso primeiramente em latim, assevera haver costumes que são próprios de uma dada espécie de animal, costumes esses derivados de afetos que encontram plena e pronta expressão em sua *facies* e, por conseguinte e por necessidade, em sua “efígie”, não se podendo compor uma representação verossímil sem que se considere a propriedade da correlação

²⁰ Na edição latina de 1556, o equivalente do trecho francês excertado se encontra às páginas 1-2.

entre efigie e afetos. Como os homens partilham os mesmos afetos com os animais, pode-se dizer que há homens magnânimos, bravos e feros como os leões, outros sujos, como os porcos, medrosos, como as lebres e coelhos etc., o que, do ponto de vista fisionômico, implica haver uma expressão humana de tipo leonino, pois que os mesmos afetos do felino animam o ser humano dotado das mesmas qualidades:

Hor descriveremo di tutti gli animali più conosciuti le parti, & i più notabili costumi, acciò colui, che non è così pratico nelle historie de gli animali, non habbi molto a desiderar, cercandolo in varij libri. Ma veggiamo prima se ciò sai stato pensiero de gli antichi. Dice Adamantio, che in ogni animale si conoscono i suoi costumi dall'effigie, le quali conuengono a quei costumi, come il Leone è iracôdo, e forte, & ha tale effigie. [...] Onde se l'huomo haurà alcuna parte simile à quelli de gli animali, sia avvertito che simili costumi haurà. Se vedrai vn huomo con occhi Leonini, e mediocrement caui, li dimostrano lo leone, se molto concaui la Simia, onde sarà de costumi cattiuì (DELLA PORTA, 1594, p. 21).

Esse costume de correlação entre afetos e expressão fisionômica, que perpassa a fisiognomonía, encontra eco nos tratados de pintura entre os séculos XVI e XVIII, como se pode ver nos livros de Charles Le Brun e de Pieter Paul Rubens, em que se prescrevem as equivalências entre os movimentos da alma e os efeitos fisionômicos das paixões. Charles Le Brun inclusive assevera, em discurso diante da Academia Francesa sobre essa matéria: “aujourd’hui j’essaierai de vous faire voir que l’Expression est aussi une partie qui marque les mouvemens de l’Âme, ce qui rend visible les effets de les passions” (LE BRUN, 1702, p. 2), e expressa de forma incisiva, em várias passagens de seu livro, que os afetos, apesar de se exprimirem na totalidade da compleição, se tornam mais evidentes no rosto, o que obriga os artistas a considerar o estudo da fisionomia pedra fundamental de seu aprendizado:

Mais s’il est vrai qu’il y ait une partie où l’âme exerce plus immédiatement ses fonctions, & que cette partie soit celle du cerveau, nous pouvons dire de même que le visage est la partie du corps où elle fait voir plus particulièrement ce qu’elle ressent (LE BRUN, 1702, p. 13).

Pieter Paul Rubens, por seu turno, em seu *Théorie de la Figure Humaine*, primeiramente afirma que há, em todo ser humano, o domínio de alguma

característica ou afeto que o torna semelhante a um animal em que predominam os mesmos afeto ou característica:

On voit sur la planche VI, que l'homme composé des élémens de l'univers, participe de tous les animaux: mais les traits qui en dérivent sont si bien ménagés & tellement disposés qu'on ne peut les distinguer, comme on vient de le dire. Cela se trouve ainsi dans l'homme parfait, en general; mais dans le particulier il y a toujours pour chaque homme quelqu'animal dont la ressemblance domine en lui, & qui influe sur son caractere (RUBENS, 1773, p. 11).

Asserção essa que conjunge seu tratado à tradição fisiognômica de que participam, por exemplo, Della Porta e Cardano, e que encontra sua mais acabada expressão em uma análise que o próprio Rubens empreende de uma escultura antiga romana, em que é evidente o caráter leonino da representação hercúlea: “La planche V fait voir comment la tête d’Hercule, & celle des Athletes, ou des hommes les plus vigoureux, est formées de celle du lion, mais avec tant d’art & d’adoucissement qu’on a de la peine à s’en appercevoir”(RUBENS, 1773, p. 10-11).

Desse modo, a referência ao leão pode ser compreendida, em um dado contexto, como a atualização de um de seus significados fixados pelo costume letrado europeu, e a conveniência da interpretação depende, em larga medida, do capital de informação de que cada leitor dispõe.

Pode-se afirmar, a partir do que se apresentou até o momento, que aquilo que se diz do leão não deriva, por conseguinte, da observação empírica, mas do que o discurso sobre ele autoriza dizer.

É justamente a existência desses lugares-comuns opinativos que possibilita a produção de metáforas como aquela em que Aristóteles diz ser Aquiles um leão, por haver um campo de congruência entre o jovem aqueu e o animal, ou seja, suas comuns bravura e fereza. Nesse sentido, fora do costume letrado europeu, em que se produzem as associações entre animais e afetos, não teria cabimento metaforizar a vaidade cortesã pelo pavão, ou ainda a astúcia dos maquiavélicos pela raposa. É justamente esse repertório de lugares-comuns que falta a José de Anchieta quando se põe a descrever a fauna e a flora do Novo Mundo. Se, por um lado, move o missionário, ao escrever sobre a América, o desejo de relatar as novidades que causam curiosidade na Europa— pois, como disse Francisco Velez, décadas depois de José de Anchieta,

as “novidades curiosas são as que mais aprazem aos homens”–, por outro não se pode duvidar de que suas descrições atendem também ao quesito dos usos dos animais e plantas descritos pelos seres humanos, já que tudo o que foi criado só o foi em benefício do homem e, por essa razão, tira o ser humano de todos os animais aquilo de que necessita, podendo inclusive deles aprender muito segundo a providência divina, que lhe mostrou ser a monarquia o melhor regime pelo simples fato de haver entre animais, aves e insetos reis e rainhas que são as respectivas cabeças de suas “monarquias”:

Crio (como se vee del cap. 1. del Genesis, y del 17. del Eclesiastico) nuestro Señor al hõbre, y viendole tã necessitado, diole dominio sobre todos los animales: y las demas cosas, para que se seruiesse dellas; y por esta razon le siruen en sus necesidades: delas quales se aprouecha, tomando de vnas las vestiduras, de otras el calçado, de otras el mantenimiento, de otras las medicinas para remediarse en sus necesidades, de otras el orden de viuir y exemplos, de los quales ha aprouechado desde el menor hasta el mayor. Entre los hombres es el mayor, y quien manda el Rey, y para que pudiesse tomar exemplo por tener mas necesidad de el que las demas personas, crio (principalmente) quatro Reyes; uno de los quales es el Leon, Rey de los Quadrupedes terrestres: el segundo el Basilisco, Rey de las serpientes: a la Aguila, Reyna de las aues: y al Rey de las Abejas (VELEZ, 1613, p. 5-6).

É o valor vário de cada animal, seja ele simbólico ou econômico, sua raridade ou exotismo que fazem dele objeto de desejo na Europa dos séculos XVI e XVII e que motivará a importação de bichos ora grandes, como o elefante, ora pequenos, como papagaios e monos do Novo Mundo, para reinos os mais diferentes, como França, Inglaterra, Espanha e Portugal, podendo-se dá-los como presenteajuizado principesco ou como forma de angariar simpatias diplomáticas, sendo notório o caso do elefante mandado para Carlos Magno por Harun al-Rashid (EINHARD; NOTKER, 1969, p. 70-s).²¹ Outro presente de idêntica natureza foi aquele dado por Dom Manuel de Portugal ao Papa Leão X e que foi devidamente perpetuado em gravura de Albrecht Dürer. Segundo notícia do catálogo de xilogravuras de Dürer (cf. KURTH, 1927), o rinoceronte gravado pelo artista alemão foi mandado da Índia para Dom Manuel em 1513, tendo sido enviado para o papa no ano de 1515. Helmut Nickel, em estudo sobre bestiários, afirma que na entrada de número 581 do catálogo da exposição

²¹ Há edição mais recente dessas duas obras (cf. EINHARD; NOTKER, 2008).

Albrecht Dürer (1471), realizada em 1971 no *Germanisches Nationalmuseum*, em Nuremberg, se assevera ter sido o rinoceronte enviado para Dom Manuel como presente do rei Muzafar do Camboja (1511-1526). Em 1515 o animal teria sido enviado ao papa Leão X, mas o barco em que viajava a besta naufragou; o rei Francisco I de França ainda pôde vê-lo quando da atracagem do navio em Marselha. O naufrágio teria ocorrido no Golfo de Gênova em 1516 e o rinoceronte morreu por afogamento (NICKEL, 1991, p. 136).

V

Os seres do Novo Mundo de que José de Anchieta há de falar, animais e plantas, são nomeados entre os silvícolas por palavras que precisam ser capturadas de modo a torná-las inteligíveis ao público europeu. O que é afinal de contas uma *capyúára* ou um *jacaré*? Quanto ao segundo, pode-se visualizá-lo como um ser muito parecido com um crocodilo africano, palavra essa de que se vale o próprio José de Anchieta ao introduzir a entrada concernente ao réptil em sua *Carta*: “IX – De Crocodilo” (ANCHIETA, 1799, p. 10-11). Quanto ao primeiro, no entanto, a que não corresponde nenhum animal conhecido do Velho Mundo, é preciso descrevê-lo a partir de uma rede de analogias que não redundam, de fato, em uma síntese visual que equivalha efetivamente a um referente vivente no Novo Mundo denominado pelos índios da costa atlântica *capyúára*.²² José de Anchieta captura a palavra peregrina, cujo sentido ele deseja circunscrever, em uma rede de análogos conhecidos de seus destinatários e se vale nesse procedimento de operadores modais epistêmicos, “que se referem ao estatuto ontológico dos seres” descritos (LIVET, 2009, p. 18), como, por exemplo, “sabemos que”, “acreditamos que”, normalmente não explicitados, mas que se subsumem na prótase de semelhança “ut”. Desse modo, somos informados que a capivara é do “gênero anfíbio”, e que, portanto, vive em parte na água e em parte na terra, que pasta ervas como outros herbívoros, que não é “muito diferente dos porcos”, embora seu pelo seja ruivo, mas diferentemente dos porcos, com que poderíamos não apenas compará-la, mas de que poderíamos partir para produzir dela uma certa imagem assemelhada,

²² A dificuldade de se produzir uma síntese visual a partir dos traços descritivos acumulados por justaposição também é referida por Helmut Nickel: “On the other hand, if only a description is available of a beast of legend instead of a picture, which after all says more than a thousand words, it is often very difficult to find the real animal hiding behind an apparently precise word image. This is the case with the mysterious animal that wends its elusive way through the enchanted forests of King Arthur's realm, the Beste Glatysaunt, or Questing Beast” (NICKEL, 1991, p. 131).

ela tem dentes “parecidos com os da lebre”, sendo portanto um roedor; contrariamente aos porcos, não tem cauda, mas, como estes, é domesticável, podendo-se criá-la como se fosse um cão; como porcos, sai para pastar e ao fim do dia retorna à casa sem que seja preciso buscá-la. A prótase de semelhança, *ut*, desse modo, estabelece vínculos entre duas realidades étnico-culturais, a dos padres missionários europeus e a dos índios, fundado seu emprego no juízo da testemunha ocular cuja credibilidade se baseia no lugar de onde fala, tanto no sentido espacial quanto institucional. No entanto, é preciso verificar o caráter fragmentário da descrição, sua parcialidade, pois se a capivara se assemelha a um porco, não tendo dele, no entanto, a cauda, o focinho etc., apresentando, por outro lado, dentes parecidos com os da lebre, como são suas patas, suas garras? A descrição de José de Anchieta é uma obra inacabada e fala menos do que o muito que cala.

A ausência de *doxa*, ou opinião comum, em que fundar a verossimilhança da descrição, e a ignorância dos antigos concernente ao Novo Mundo, no entanto, tornam o observador de primeira mão, que é José de Anchieta, informante autorizado, pois que “revela” aos irmãos em Cristo, como parte de seu sagrado ministério, o que seus espíritos ignoravam, sendo desse modo a operação da *descriptio* compreendida como parte do ministério e como a operação da luz da Graça inata a obrar na revelação do mundo novo. José de Anchieta parte assim, em seu discurso, de um *endoxon* comuníssimo do gênero histórico, que é aquele da autorização do discurso pelo testemunho de primeira mão que se pode dar daquilo de que se fala, sendo o testemunho produzido *in situ* própria prova a incrementar a *fides* do discurso missionário. É esse procedimento do testemunho ocular, complementado pelas notícias fornecidas por outras testemunhas oculares do que se propõe narrar ou descrever, o que autoriza o discurso histórico, nos séculos XVI e XVII, como se pode depreender da leitura, por exemplo, de traduções da obra de Heródoto na primeira metade do século XVI e depois, em que se salienta, como condição da veridicidade do escrito, o ter seu autor visto o que narra ou descreve: “Et è credibile che migliore notitia hauesse Herodoto della verita di questa guerra, che altrui, perche egli era Greco nato in Asia & tra quelle prouincie fu la detta guerra condotta tutta quanta” (HERODOTUS, 1533, p. 2v).

No texto de José de Anchieta, as palavras tupis são circunscritas, no sentido também etimológico do verbo, por outras muitas latinas, como se

fosse necessária uma amarra latina para domesticar o barbarismo lexical que penetra no português por falta de um correlato vernacular. A língua tupi, cujos vocábulos são apresentados aos irmãos da Companhia na Europa, apresenta sua estranheza no amálgama de sons representados pelas letras que se tem o cuidado de precisar, vocálica e consonanticamente, conquanto essa língua só possa falar por meio de uma outra que lhe empresta voz e que a traduz pelo que, de forma fragmentada, dela diz. Desse modo, o tupi, na *Carta anchietana*, tem uma voz emprestada de uma outra língua, a da Igreja e da erudição internacional humanística, que se esforça por fixar os primeiros lugares-comuns opinativos sobre aquilo de que fala. Contrariamente às representações de cunho iconográfico, em que se tenta estabelecer uma “relação decifrável [...] entre o signo visível e o referente significado — o que não quer dizer, é claro, que é necessariamente decifrado tal qual deveria ser” (CHARTIER, 1991, p. 184), a representação produzida pela descrição é feixe de traços conjuntivos (“como”) e opositivos (“diferente de”) que são decifrados fragmentariamente e que só mais tarde serão de fato associados a uma representação pictórica daquilo a que se referem. A precisão com que são grafadas, no entanto, as palavras da lista temática anchietana deixa entrever simultaneamente o desejo de instruir os padres da Companhia, na Europa, que se candidatavam a uma missão no Novo Mundo, sobre as “novas” línguas que eram faladas pelos silvícolas do Estado do Brasil. É de crer que as notícias do mundo americano, em que se ilhavam palavras tupis por um pélogo de palavras latinas, fossem lidas tendendo-se em mente ou em mãos as nótulas gramaticais que os jesuítas passaram a compor desde sua chegada ao Brasil, podendo-se, desse modo, fazer soar a palavra peregrina como se saísse da boca de um silvícola, sonho do domínio da língua do outro para que pudesse ser catequizado, ao tempo em que as descrições de plantas e animais americanos já deixam entrever os usos bem pragmáticos que deles se pode fazer nas novas terras da Coroa do lado de cá do Atlântico. Se os vocábulos tupis se fazem presentes na *Carta*, só se encontram ali porque seus falantes são sujeitos da Coroa de Portugal e o assujeitamento de sua língua, evidente na *descriptio*, torna patente o novo senhorio, fazendo clara, pelo instrumento gramatical que é também a lista temática, a par da gramática propriamente dita, a bárbara língua dos nativos.

A LETTER OF JOSÉ DE ANCHIETA AS MIXED GENRE: THEMATIC LISTS, BESTIARIES, HERBARIA AND ENCYCLOPEDIC DICTIONARIES IN EUROPE IN THE SIXTEENTH AND SEVENTEENTH CENTURIES

ABSTRACT

The aim of this paper is to demonstrate how José de Anchieta and the members of Companhia de Jesus, in Brazil, in letters in which proposed to describe plants and animals, used precepts proper to descriptio, starting from rethorical loci of indeterminate type, filling them up and determining them as the descriptions were composed. The description, more than resulting from empirism, is group of endoxa accumulated by tradition. In this sense, the lion, found in the entry "leo" of Calepino, published in 1502, is a doxical lion that was produced since Historia Animalium or since the book of Plinius, the Elder, not existing a lion exterior to its representations in European Letters.

KEY-WORDS: *Bestiaries. Companhia de Jesus. José de Anchieta. Pilgrim words.*

REFERÊNCIAS

ADAMANTIUS. **Adamantii Sophistae Physiognomonica.** Parisiis: Per Regium in Graecis Typographum, 1540.

ANCHIETA, J. de. **Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil.** Coimbra: Antônio de Mariz, 1595.

ANCHIETA, J. de. **Epistola.** Quamplurimarum rerum naturalium quae S. Vincentii (nunc S. Pauli) provinciam incolunt, sistens descriptionem. Olisipone (Lisboa): Typis Academiae, 1799.

ANCHIETA, J. de. **Cartas Inéditas.** Carta – Fazendo a descrição das innumeras coisas naturaes, que se encontram na província de S. Vicente hoje S. Paulo seguida de outras cartas inéditas escriptas da Bahia pelo venerável Padre José de Anchieta e copiadas do Archivo da Companhia de Jesus. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, 1900. [Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Edição Comemorativa do 4º Centenário]

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização.** Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BENSTOCK, S. At the margin of discourse: footnotes in the fictional text. **PMLA** [Publications of the Modern Language Association], v. 98, n. 2, p. 204-225, março 1983.

BOLZANI, PierValeriano. **Hieroglyphica siue de Sacris Aegyptiorum Literis Commentarii**, Ioannis Pierii Valeriani Bolzanii Bellunensis. Basileae: 1556.

BOLZANI, Pier Valeriano. **Commentaires Hieroglyphiques ou Images des Choses de Ian Pierius Valerian**. Mis en François par Gabriel Chappuys. Lyon: Barthélemy Honorat, 1576.

BURKE, P. **As fortunas do cortesão**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CALEPINO, Ambrogio. **Cornucopiae**. Reggio, 1502.

CALEPINO, Ambrogio. **Ambrossi Calepini Dictionarium Octolingue**, in quo Latinis dictionibus Hebraeae, Graecae, Gallicae, Italicae, Germanicae, Hispanicae, atque Anglicae adiectae sunt... Matthaei Berjon, 1620, v. I-II.

CARDANO, Gerolamo. **Metascopia Liber Tredecim, et Octogentis Faciei Humanae Eiconibus Complexa**. Lutetiae Parisiorum: Apud Thomam Lolly, 1658.

CARVALHO, M. J. Periodização da língua portuguesa num contexto social: uma contribuição para a sociolinguística histórica. **Revista Galega de Filoloxía**, n. 3, p. 1-17, 2002.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**, 1: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **A invenção do cotidiano**, 2: morar, cozinhar. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

COOPER, J. Plagiarism in Spanish dictionaries of the XVIth and XVIIth centuries. **Hispania**, v. 4, p. 717-720, 1962.

COTGRAVE, Randle. **A Dictionaire of the French and English Tongues**. London: Adam Islip, 1611.

COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián. **Tesoro de la Lengua Castellana, o Española**. Madrid: Luis Sánchez, 1661.

DELLA PORTA, Giambattista. **Della Fisionomia dell’Huomo** del signor Giovan Battista dela Porta Napolitano Libri Sei. Venetia: Christoforo Tomasini, 1594.

EINHARD & NOTKER the Stammerer. **Two Lives of Charlemagne**. Translation of L. G. M. Thorpe. London: Penguin Classics, 1969.

_____. **Two Lives of Charlemagne**. Translation of David Ganz. London: Penguin, 2008.

ESTIENNE, Robert. **Dictionarium seu Latine linguae Thesaurus**. Paris: Robert Estienne, 1531, v. I.

GRAFTON, A. **As origens trágicas da erudição**. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998.

HANSEN, J.A. A escrita da conversão. In: COSTIGAN, L. H. **Diálogos da conversão**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 15-43.

HERODOTUS. **Herodoto Alicarnaseo Historico delle guerre di Greci & di Persi**. Tradotto di Greco in lingua Italiana per il Conte Mattheo Maria Boiardo, di nuouo ristampato, & con summa diligentia reuisto & corretto. Venezia, 1533.

HOLGUÍN, Diego Gonzales. **Gramática y arte nueva de la lengua general de todo el Peru llamada Lengua Qquichua o Lengua del Inca**. Añadida y Complida en todo lo que faltaba de tiempos, y de la Gramática y recogido en forma de Arte lo mas necesario en los dos primeros libros. Con mas otros doslibros postreros de adiciones al Arte para mas perficionarla, el uno para alcanzar la copia de vocablos, y el otro para la elegancia y ornato. Compuesta porel Padre Diego Gonzales Holguinde la Compañía de Jesus natural de Caceres. Nueva edición revista y corrigida, 1842.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC; Contraponto, 2006.

KURTH, W. **The complete woodcuts of Albrecht Dürer**. New York, 1927.

LEBRIJA, Antonio. **Gramática Castellana**. Reproduction phototypique de l’édition princeps (1492).Publiée avec une Préface par E. Walberg. Halle: Max Niemeyer, 1901.

LE BRUN, Charles. **Méthode pour apprendre à dessiner les passions**. Amsterdam: François van der Plaats, 1702.

LIVET, P. **As normas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAMIANI, Luís Vincêncio. **Catecismo da doutrina cristã na língua brasílica da nação kiriri**. Lisboa: Miguel Deslandes, 1698.

NASO, Publius Ovidius. **Tristia, Book III**. With an introduction and notes by S. G. Owen. 2th edition. Oxford: Clarendon Press, 1893.

NICKEL, H. Presents to Princes: A bestiary of strange and wondrous beasts, once known, for a time forgotten, and rediscovered. **Metropolitan Museum Journal**, v. 26, p. 129-138, 1991.

PÉCORA, A. Razão e prazer da civilidade. In: _____. **Máquina de gêneros**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 79-90.

PLINIO SECONDO, C. **Historia Naturale di C. Plinio Secondo**. Tradotta di lingua latina in fiorentina per Christoforo Landino fiorentino. Venezia: Nicolai Iansonis, 1476.

PLINIO SECONDO, Caio. **Historia Naturale di C. Plinio Secondo** di latinoin volgare tradotta per Christophoro Landino, nuouamente in molti luoghi, doue quella mancaua, supplito, & da infiniti errori emendata, & con somma diligenzacorreta, con la tauola similmente castigata, & aggiuntoui molti capitoli, che nelle altre impressioni non erano. Vinegia: Thomaso de Tetnengo, 1534.

QUINTILIANUS, Marcus Fabius. **Institutio Oratoria**. With an English translation by H. E. Butler. Cambridge: Harvard University Press; Loeb Classical Library, 1963. v. I.

RAPIN, R. **Du grand ou du sublime dans les moeurs et dans les differentes conditions des hommes**. Avec quelques observations sur l'Eloquence des Bienséances. Paris: Sebastien Mabre-Cramoisy, 1686.

RUBENS, Pieter Paul. **Théorie de la Figure Humaine**, considerée dans ses principes, soit en repos ou en mouvement. Paris: Charles-Antoine Jombert, 1773.

RUBIO, Diego de Torres. **Arte de la Lengua Quichua**, por el P. Diego de Torres Rubio de la Compañia de Jesus. Lima: Joseph de Contreras, s/d.

SÁNCHEZ, J. Evolution of the Spanish Dictionary. **Hispania**, v. 27, n. 2, p. 131-137, 1944.

STEVENS, A. H.; WILLIAMS, J. The footnote, in theory. **Critical Inquiry**, v. 32, n. 2, p. 208-225, 2006.

VELEZ, Francisco. **Historia de los animales mas recibidos en el vso de Medicina**: donde se trata para loque cada vno entero, ó parte del aprovecha, y de la manera de supreparacion. Madrid: Imprenta Real: 1613.

VITTORI, Girolamo. **Tesoro de las Tres Lenguas Española, Francesa, y Italiana**. Genève: Jacques Crespín, 1644.